

MANUAL DO USUÁRIO

“Procedimentos e configurações para envio da DIRF.”

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) tem como objetivo registrar todos os pagamentos de tributos que são feitos de forma automática.

A DIRF 2021 é obrigatória para todos aqueles que pagaram qualquer quantia em qualquer operação onde houve tributação direto na fonte. Sendo assim, devem preencher a DIRF as pessoas físicas e/ou jurídicas que foram a fonte pagadora de algum rendimento com tributação retida na fonte, mesmo que isso tenha ocorrido uma única vez durante todo o ano de 2020.

Este documento se aplica tanto para empresas que fizeram esses pagamentos de rendimentos com tributação em fonte de forma direta quanto àquelas que fizeram esse trâmite por meio de um representante.

A declaração precisa ser feita pelo Programa Gerador da DIRF (PGD) e encaminhada para a Receita Federal até às 23h59 (horário de Brasília) do dia 26 de fevereiro de 2021.

Em caso de haver erros, a declaração será avaliada e se for constatada qualquer irregularidade, uma multa poderá ser aplicada.

NOVIDADES DA DECLARAÇÃO

~~O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.915, de 27 de novembro de 2019, declara:~~ [\(Retificado\(a\) em 16/12/2020\)](#)

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do art. 121 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.990, de 18 de novembro de 2020, declara:

Art. 1º Fica aprovado o leiaute aplicável aos campos, registros e arquivos da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf 2021).

Art. 2º No preenchimento ou importação de dados pelo PGD Dirf 2021, deverá ser observado o leiaute do arquivo constante do Anexo Único deste Ato Declaratório.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

No ano de 2020 há novas informações que deverão ser informadas na declaração da DIRF:

- Registro de Rendimentos das entidades imunes/isentadas: deverão ser informados nas DIRFs apresentadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, referentes a fatos ocorridos a partir do ano-calendário de 2017, os valores pagos às entidades

imunes ou isentas pelo fornecimento de bens e serviços. Esse novo registro traz novas obrigações, visto que antes esses valores pagos para as entidades imunes e isentas não eram solicitados pela Receita Federal. Assim, isso mostra o quanto as obrigações acessórias estão se aprofundando nas informações e em todo tipo de empresa;

- Registro de Reembolso de Plano de Saúde – coletivo empresarial – Beneficiário Titular e Dependente: no caso de reembolso de despesa médica pago pelo plano privado de assistência à saúde — modalidade coletivo empresarial ao beneficiário, a empresa poderá informar o valor total anual em campos correspondentes a despesas realizadas no ano-calendário ou despesas de ano-calendário anterior. Esse novo registro será importante no cruzamento da declaração Anual de Imposto de Renda Pessoa Física X DIRF, pois irá trazer as informações referentes aos reembolsos de despesas médicas. Nessa inclusão, observamos mais uma vez o Fisco buscando acessar e cruzar todas as informações de forma detalhada.

- Registro de Informações da Sociedade em Conta de Participação: deverão ser informados todos os beneficiários de rendimentos provenientes de dividendos e lucros distribuídos pela Sociedade em Conta de Participação.

Informações de Previdência Complementar:

Para valores descontados em folha do servidor de previdência complementar é opcional informar o CNPJ e Nome Empresarial da previdência complementar. Para isso é necessário acessar o cadastro de rubrica (PESSOAL > Cadastros > Tabelas > Rubricas/Códigos) e informar se esta rubrica é de previdência complementar, e o CGM da previdência complementar. Conforme imagem abaixo:

Rubrica	
Rubrica:	0004
Descrição:	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR
Qtda ou Valor para Inicializar:	0
Tipo Rubrica:	Provento
Tipo de Inicialização:	Variável
Ativo:	Ativo
Valor Padrão:	0
Quantidade Padrão:	0
Tipo de Bloqueio:	Nenhum
Valor limite:	0
Quantidade limite:	0
Pag. de Prev. Complementar:	<input checked="" type="checkbox"/>
Previdência Complementar:	

Estas rubricas devem estar na base B910, para envio a DIRF.

Informações do beneficiário de pensão alimentícia:

Para os beneficiários de pensão alimentícia é obrigatório o envio do:

Nome do beneficiário.

É opcional o envio do:

CPF;

Data de Nascimento;

Relação de Dependência.

Para isso é necessário acessar o cadastro de Pensionistas (Pessoal > Cadastro > Pensões Alimentícias) e selecionar o CGM do pensionista onde consta o Nome, CPF e Data de Nascimento. Além disso deve ser informada a Relação de Dependência, conforme imagem abaixo:

Ano / Mês: 2016 / 12 Data: 03/01/2017 D

Código do Servidor: 1742 JOÃO SILVA

CGM: 86925 ADAO DA SILVA

Fórmula:

Percentual: Valor da pensão:

Retenção:

Relação de Dependência: Filho (a)

Informações do beneficiário de pensão alimentícia no recebimento de RRA - Rendimentos Recebidos Acumuladamente :

Para cada pagamento de RRA a um servidor, se o mesmo possuir dedução de pensão alimentícia deve ser informado o valor a ser deduzido para cada pensionista.

Parcelas do RRA

Lançamento do RRA
Informe os valores da parcela do RRA

Dados RRA

Assentamento: 27

Matrícula: 27 FRANCISCO ALMEIDA

Valor: 125

Quantidade de Meses: 12

Despesas Judiciais: 0

Folha de Pagamento: Salário

Lançamentos

Competência	Valor da Parcela	Desp. Judiciais	Pensão	Base Previdência	Base IRRF	Ações
2016/06	100	0	350	0	0	
2017/01						Pensão Salvar

Total de Registros: 2

Para isso é necessário informar o CGM do pensionista e o valor a ser deduzido. Será enviado na DIRF os dados do pensionista (Nome do pensionista é obrigatório, e é opcional o envio do CPF, da Data de Nascimento e da Relação de Dependência) , estes dados são provenientes da rotina (Pessoal > Cadastro > Pensões Alimentícias).

Pensionistas da Parcelas do RRA

Valores dos Pensionistas

Cgm	Pensionista	Valor
42	GUILHERME DE ALMEIDA FILHO	0

Total de Registros: 1

Salvar

RELAÇÃO DE BASES

Para que os valores sejam demonstrados corretamente no comprovante de rendimentos e no arquivo da DIRF, deve-se inserir nas bases abaixo os códigos/rubricas conforme o tipo de rubrica através da rotina Pessoal > Cadastro > Tabelas > Bases > Alteração > Aba Rubricas.

Obs.: se alguma das bases descritas abaixo não estiverem cadastradas, podem ser incluídas através da rotina Pessoal > Cadastros > Tabelas > Bases > Inclusão, devendo ser respeitados os códigos relacionados abaixo.

*Essa rotina só pode ser utilizada por um usuário com perfil de administrador.

B901 – Plano de Saúde – rubricas de descontos de planos de saúde (Primeiro CGM e ANS informado no momento da geração do arquivo da DIRF).

B902 – Salário Família – R918, R919 e R920, inclusive rubricas que por ventura foram pagas diferenças.

B903 – Ajuda de Custo/Diárias – rubricas de diárias.

B905 – Pensão Alimentícia (Incluir inclusive nos códigos que iniciam com 4 – 13o.).

B906 – IRRF (Mensal/Férias) – R913, R915 e demais rubricas que tenham referência a IRRF de salário ou férias, inclusive diferenças.

B907 – Previdência (Mensal/Férias) – R901, R903, R904, R906, R907, R909, R910, R912 e demais rubricas que tenham referência a desconto a previdência de salário ou férias, inclusive diferenças.

B908 – Previdência (13o.) - R902, R905, R908, R911.

B909 – IRRF (13o.) - R914.

B910 – Previdência Privada (Mensal/Férias) – caso a entidade / servidor possua Previdência Privada com desconto em folha.

B911 – Bruto pago fora da folha (pagamento por empenho) – rubricas utilizadas para pagamento de folha verbas salariais, mas que tenham sido pagas por empenho e implantadas diretamente no sistema.

B912 – Abono de Férias – rubricas de abono de férias.

B913 – Rendimentos Isentos Pagos em Rescisão – rubricas que tenham sido utilizadas para pagamentos isentos de IRRF em rescisão de contrato.

B914 - Plano Saúde II (Segundo CGM e ANS informado no momento da geração do arquivo da DIRF).

B915 – Outros Rendimentos Isentos.

B930 – Quantidade de Horas Extras – marcar todas as rubricas de horas extras e configurar a base para somar quantidade (horas).

B931 – Quantidade de Faltas - marcar todas as rubricas de faltas e configurar a base para somar o quantidade (dias).

B981/B983 – Rendimento Tributável – R981, R983.

B982 - Rendimentos 13o. - R982.

B984 – Dependentes - R984.

B997 - Deduções de aposentados maiores de 65 anos - R997.

B999 – Deduções de aposentados maiores de 65 anos 13o. salário- R999.

* É de extrema relevância que seja feita uma revisão completa nas Bases, a fim de estabelecer uma perfeita coerência entre as Rubricas adicionadas à Base, se elas realmente se referem àquela Base em questão.

PROCESSAMENTO E ENVIO DO ARQUIVO

Antes de realizar a geração do arquivo é necessário criar o 'Ano Base' pela rotina, DB:RECURSOSHUMANOS > Pessoal > Procedimentos > Geração de Arquivos > DIRF > MANUTENÇÃO DE PARÂMETROS nesta rotina deve-se informar o ano, o valor mínimo a ser informado na Dirf e o código do arquivo, descrito no layout disponibilizado a cada ano pela Receita Federal.

* Valor mínimo anual recebido pelo servidor, para que este necessite aparecer na DIRF.

* O Código do Arquivo consta no site da receita federal e é alterado todo o ano, esse código é único e de uso nacional.

Manutenção de Parâmetros da DIRF

Ano Base: 2020

Valor Mínimo: 28559.7

Código do Arquivo: VR4QLM8

Salvar

Ano Base	Valor Mínimo	Código do Arquivo	Opções
2019	28.559,70	AT65HD8	A E
2018	28.559,70	T17BS45	A E
2017	28.559,70	Q84FV63	A E
2016	28.559,70	P49VS72	A E
2015	28.123,91	L35QJS2	A E
2014	26.816,55	M1LB5V2	A E
2013	25.661,70	F8UCL6S	A E
2012	24.556,65	7C2DE7J	A E
2011	23.499,15	1A4MA1R	A E
2010	22.487,25	6E0E0AF	A E

Total de Registros: 10

O arquivo da Dirf pode ser gerado através da rotina PROCEDIMENTOS > GERAÇÃO DE ARQUIVOS > DIRF > PROCESSAMENTO DA DIRF, nesta rotina é gerada uma tabela interna do sistema com os dados que serão utilizados para a geração do arquivo da DIRF bem como dos comprovantes de rendimentos.

Processamento da DIRF	
Ano Base:	2020
Buscar Pagamentos Efetuados na Contabilidade:	Sim ▼
CNPJ	
CNPJ:	29131075000193 ▼ ONTEM-PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ ▼
<input type="button" value="Gerar"/> <input type="button" value="Inconsistências CNPJ"/>	

Ano Base: Informar o ano base a qual o sistema deve buscar as informações para a geração.

Buscar Pagamentos Efetuados na Contabilidade: se marcado com “Sim” o sistema buscará os dados dos fornecedores pagos pela entidade que tenha tido retenção de IRRF durante o ano base, mas marcado como “Não” buscará somente valores pagos na folha de pagamento;

CNPJ: escolher o CNPJ responsável pelas informações;

Após o processamento deve ser realizada a rotina, PESSOAL > PROCEDIMENTOS > GERAÇÃO DE ARQUIVOS > DIRF > GERAÇÃO DA DIRF segue a descrição dos campos para geração o arquivo:

Informações de Processamento			
Tipo de Processamento:		Geral	Somente Valores Acima de 28.559,70: Sim
Dados DIRF			
Ano Base:		2020	
Tipo de Declaração:		Original	
Número do Recibo:			
Dados do Responsável			
Nome:			
CPF:			
DDD:			
Fone:			
CPF do Responsável pelo CNPJ:			
Saúde			
Numcgm:			ANS:
Numcgm:			ANS:
Informações Financeiras			
Buscar Pagamentos Efetuados na Contabilidade:			Sim
CNPJ			
CNPJ:		FUNDO MUNICIPAL DE FINANCIAMENTO À CULTURA	
Gerar DIRF			

Tipo de Processamento: Informar se deseja gerar o arquivo de algumas matrículas ou “Geral”, de todas as matrículas.

Somente Valores Acima de : O valor que é demonstrado no título deste campo é configurado através da rotina Pessoal > Procedimentos > Geração de Arquivos > DIRF > Manutenção de Parâmetros, como demonstrado anteriormente na criação do Ano Base.

Ano Base: Informar o ano base a qual o sistema deve buscar as informações para a geração.

Tipo de Declaração: Informar se a DIRF é original ou é uma retificação.

Número do Recibo: Deve ser informado se o tipo da declaração é retificação.

Dados do Responsável: deve ser informado o nome do responsável pelas informações, o DDD e o telefone da Instituição e o CPF do responsável pelas informações.

Saúde: deve ser informado o CGM e número ANS (Agência Nacional de Saúde) para a instituição do plano de saúde.

CNPJ: Selecionar o CNPJ que deseja gerar o arquivo, ou selecionar a opção todos para gerar todos os dados no CNPJ da instituição selecionada.

Após a geração, o sistema disponibiliza download do arquivo juntamente com um link para a emissão do relatório para conferência.

COMPROVANTE DE RENDIMENTOS

O comprovante deverá ser fornecido até o último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente ao dos rendimentos ou por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, se esta ocorrer antes da referida data. No caso de rendimentos não sujeitos à retenção do imposto sobre a renda na fonte, pagos por pessoa jurídica, o comprovante deverá ser entregue, no mesmo prazo a que se refere o caput, ao beneficiário que o solicitar até o dia 15 de janeiro do ano subsequente ao dos rendimentos. No caso de extinção da pessoa jurídica por cisão total, encerramento da liquidação, fusão ou incorporação, o comprovante deverá ser fornecido até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento, se este ocorrer antes do prazo referido no caput.

É permitida a disponibilização, por meio da Internet, do comprovante para a pessoa física que possua endereço eletrônico e, neste caso, fica dispensado o fornecimento da via impressa. A pessoa física referida, entretanto, pode solicitar, sem ônus, o fornecimento da via impressa do comprovante.

O comprovante deve ser emitido e entregue para todos os servidores, mesmo que não tenham a obrigação de fazer a Declaração de Imposto de Renda.

Após as configurações e conferências, o relatório pode ser emitido através da rotina Pessoal > Procedimentos > Geração de Arquivos > Comprovante de Rendimentos, que possui a opção para emissão para todos, ou para apenas aqueles que tiveram retenção, além das opções “Geral”, “Lotação” ou “Matrícula”.

O modelo do comprovante está disponível no sítio da RFB, na internet, no Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.215, de 15 de dezembro de 2011.

Esclarecimentos de possíveis dúvidas sobre o preenchimento dos campos do comprovante de rendimentos podem ser obtidos no endereço:

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/legislacao>

PRINCIPAIS PROBLEMAS E RESOLUÇÃO

O principal problema que pode acontecer na geração da DIRF se refere às lotações por onde o servidor foi lotado durante o ano base. Todas as lotações que estão com o status de “ativa” no sistema devem estar configuradas a um órgão e unidade do orçamento, e todas as unidades que têm ligação com lotações, devem ter o cadastro do CNPJ da fonte pagadora. Caso um servidor esteja vinculado a uma lotação sem vínculo com uma unidade ou se essa unidade não tiver o CNPJ da fonte pagadora, não serão somados os valores desse servidor nos meses que ele esteve vinculado a essa lotação.

Vale ressaltar que se for feita alguma alteração nos dados diretamente no programa da DIRF, esse será perdido caso o arquivo seja importado do e-cidade novamente. Outra informação importante é que as informações feitas diretamente no sistema da DIRF não irão refletir no comprovante de rendimentos emitido pelo e-cidade.

Depois da geração do arquivo, a estrutura base para conferência direto no mesmo segue as principais tags:

RTRT - Rendimentos Tributáveis - Rendimento Tributável

RTPO - Rendimentos Tributáveis - Dedução - Previdência Oficial

RTPP - Rendimentos Tributáveis - Dedução - Previdência Privada

RTDP - Rendimentos Tributáveis - Dedução - Dependentes

RTPA - Rendimentos Tributáveis - Dedução - Pensão Alimentícia

RTIRF - Rendimentos Tributáveis - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

CJAC - Compensação de Imposto por Decisão Judicial - Ano-calendário

CJAA - Compensação de Imposto por Decisão Judicial - Anos Anteriores

ESRT - Tributação com Exigibilidade Suspensa - Rendimento Tributável

ESPO - Tributação com Exigibilidade Suspensa - Dedução - Previdência Oficial

ESPP - Tributação com Exigibilidade Suspensa - Dedução - Previdência Privada

ESDP - Tributação com Exigibilidade Suspensa - Dedução - Dependentes

ESPA - Tributação com Exigibilidade Suspensa - Dedução - Pensão Alimentícia

ESIR - Tributação com Exigibilidade Suspensa - Imposto sobre a Renda na Fonte

ESDJ - Tributação com Exigibilidade Suspensa - Depósito Judicial

RIDAC - Rendimentos Isentos - Diária e Ajuda de Custo

RIIRP - Rendimentos Isentos - Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho, inclusive a título de PDV

RIAP - Rendimentos Isentos - Abono Pecuniário

RIP65 - Rendimentos Isentos - Parcela Isenta de Aposentadoria para Maiores de 65 anos

RIO - Rendimentos Isentos Anuais - Outros

REGRAS DEFINIDAS PARA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO RELATIVA AO ANO CALENDÁRIO DE 2020

A Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte deve incluir informações sobre:

- Pagamentos de empregados assalariados;
- Distribuição de lucros dos sócios de um negócio;
- Pagamentos que foram feitas para pessoas jurídicas e que tiveram retenção de impostos e taxas como Cofins, CSLL, PIS e IR;
- Quaisquer valores que foram encaminhados para o exterior;
- Valores que geram dedução em salários, como é o caso das pensões alimentícias;
- Informações sobre pagamentos de planos de saúde e previdência.

Existe um campo certo para inserir cada uma das informações listadas acima, para saber onde cada uma se enquadra, basta baixar o PGD e verificar os dados de cada campo a ser preenchido.

Sobre o prazo, a declaração precisa ser feita pelo Programa Gerador da DIRF (PGD) e encaminhada para a Receita Federal até às 23h59 (horário de Brasília) do dia 26 de fevereiro de 2021.

Como se trata de um sistema digital e online, a Receita recomenda a todos que façam o download do PGD com antecedência, para que seja possível analisá-lo com calma, entender

como ele funciona e fazer a declaração sem pressa. O Órgão também recomenda que os contribuintes não deixem sua declaração para o último dia.

Quem deixar de apresentar a DIRF no prazo, fica sujeito à multa de 2% ao mês, sendo que esses juros incidem sobre o valor total de tributos e contribuições que foram apresentados na declaração. A multa mínima é de R\$200,00 para pessoas físicas e empresas que se enquadram no simples nacional. Para os demais, a multa mínima é de R\$500,00.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi elaborado para ilustrar, de forma clara, a configuração e geração do arquivo da DIRF..

Além do que expomos aqui neste material, cabe ressaltar a importância da exploração dos recursos mais atualizados no que se trata da geração de dados para que se concluam as obrigações para com o governo federal, visando o envio da DIRF.